

DIAGNÓSTICOS
& PERSPETIVAS

Populações, Desigualdades e Ação Pública

ORGANIZADO POR

Fernando Diogo, Dulce Pimentel, Francisco Sousa,
José Lúcio, José Marques, Sandro Serpa e Maria da
Saudade Baltazar

PREFÁCIO DE

Luís Baptista

hnmis

 **CICS.NOVA**
CENTRO INTERDISCIPLINAR
DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Ana Balão

Universidade de Évora

Ana Moniz

Universidade dos Açores

António Brandão Moniz

Universidade NOVA de Lisboa

Áurea Sousa

Universidade dos Açores

Catarina Delaunay

Universidade NOVA de Lisboa

Dulce Pimentel

Universidade NOVA de Lisboa

Fernando Diogo

Universidade dos Açores

Francisco Sousa

Universidade dos Açores

Gonçalo Antunes

Universidade NOVA de Lisboa

Jorge Ferreira

Universidade NOVA de Lisboa

José Alberto Rodrigues

Universidade de Évora

José Carlos Marques

Instituto Politécnico de Leiria

José Lúcio

Universidade NOVA de Lisboa

Licínio Tomás

Universidade dos Açores

Liliana Pascueiro

Universidade NOVA de Lisboa

Luís Gouveia

Universidade NOVA de Lisboa

Marcos Olímpio Santos

Universidade de Évora

Maria da Saudade Baltazar

Universidade de Évora

Maria Mendes

Universidade dos Açores

Mário Santos

Universidade da Beira Interior

Nuno Boavida

Universidade NOVA de Lisboa

Oswaldo Silva

Universidade dos Açores

Paula Reis

Universidade de Évora

Pedro Góis

Universidade de Coimbra

Piedade Lalande

Universidade dos Açores

Sandro Serpa

Universidade dos Açores

Sheila Furtado

Universidade dos Açores

Suzana Nunes Caldeira

Universidade dos Açores

Teresa Medeiros

Universidade de Coimbra

Virgílio Vieira

Universidade dos Açores

CICS.NOVA EDIÇÕES

Coleção Diagnósticos & Perspetivas

DIREÇÃO

Rui Santos (diretor), Universidade NOVA de Lisboa

Brenda Silva (assistente editorial), Universidade NOVA de Lisboa

José Saragoça, Universidade de Évora

Patrícia Pereira, Universidade NOVA de Lisboa

CONSELHO DE REDAÇÃO

Ana Brandão, Universidade do Minho

José Carlos Marques, Instituto Politécnico de Leiria

José Saragoça, Universidade de Évora

Maria João Leote de Carvalho, Universidade NOVA de Lisboa

Patrícia Pereira, Universidade NOVA de Lisboa

Raquel Faria de Deus, Universidade NOVA de Lisboa

Rui Santos, Universidade NOVA de Lisboa

CONTACTS

Colégio Almada Negreiros, Campus de Campolide – 1099-085 Lisbon, Portugal

Tel.: +351 918 832 000

E-mail: cicsnova.edições@fcsh.unl.pt

Populações, Desigualdades e Ação Pública

ORGANIZADO POR

Fernando Diogo, Dulce Pimentel, Francisco Sousa,
José Lúcio, José Marques, Sandro Serpa e Maria da
Saúde Baltazar

PREFÁCIO DE

Luís Baptista

POPULAÇÕES, DESIGUALDADES E AÇÃO PÚBLICA

Organizadores: Fernando Diogo, Dulce Pimentel, Francisco Sousa, José Lúcio, José Marques, Sandro Serpa e Maria da Saudade Baltazar

Revisão de Texto: Sheila Khan

Paginação: Pedro Panarra

© Edições Húmus, CICS.NOVA Edições e Autores, 2023

End. Postal: Apartado 7081

4764-908 Ribeirão – V.N. Famalicão

Tel. 926 375 305

E-mail: humus@humus.com.pt

www.edicoeshumus.pt

CICS.NOVA/EDIÇÕES

CICS.NOVA, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais

Colégio Almada Negreiros

Universidade NOVA de Lisboa, Campus de Campolide – 1099-085 Lisboa

Impressão: Papelmunde, SMG, Lda. – V. N. Famalicão

1.ª edição: Setembro de 2023

Depósito Legal: 519636/23

ISBN: 978-989-755-914-3

DOI: <https://doi.org/10.34619/d7wr-jyge>

Este trabalho é financiado por fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P., no âmbito do projeto «UIDB/04647/2020» do CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade NOVA de Lisboa.

Este trabalho foi submetido a um processo científico de revisão por pares.

4. TURISMO SÉNIOR DE NATUREZA NOS AÇORES: NAS NOVAS ROTAS DO LAZER*

Licínio Tomás^a | Osvaldo Silva^a | Teresa Medeiros^b | Ana Moniz^c | Sheila Furtado^d | Virgílio Vieira^e

Introdução: Questões emergentes no consumo do espaço rural

Na diversidade das suas nove ilhas, os Açores têm vindo a crescer enquanto destino turístico de eleição associado a uma imagem de natureza quase intacta, para além da herança cultural e imaterial que têm para oferecer. De que os espaços naturais sejam cada vez mais procurados e valorizados, ninguém duvida; mas a distinção entre espaços naturais, reais e culturais está longe de ser óbvia e imediata. Numa apreciação genérica, poder-se-ia reconhecer que as ciências sociais e humanas — e a sociologia em particular — só circunstancialmente orientaram o seu questionamento para espaços como o mar, as montanhas, a floresta ou os jardins. Apenas, pontualmente, se interessaram pela forma como os homens usam o espaço, como o marcam socialmente e dele se apropriam, criando identidade. Os espaços naturais e os redutos ainda não intervencionados pelo homem são, aparentemente, lugares fora do seu campo científico.

Como nos diz John Urry (2002), o tempo é uma categoria social de pensamento e o espaço, esse, é produzido pela própria dinâmica das sociedades. Na senda da interpretação sociológica, ambas as categorias são convencionadas e não naturais, resultando da ação humana interventora sobre a natureza. Somos

* Este capítulo é um resultado do projeto *TuSénior 55+*: Turismo sénior e bem-estar no destino Açores: criação de um produto cultural, financiado pelo PO2020 Açores e pelo Governo Regional dos Açores (ACORES-01-0145-FEDER-00002 TuSénior 55+).

a. Universidade dos Açores, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA.UAc / CICS.UAc).

b. Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Social e Humano da Faculdade de Psicologia da Universidade de Coimbra (IPCDSH).

c. Universidade dos Açores, Centro de Estudos de Economia Aplicada do Atlântico (CEEApIA).

d. Universidade dos Açores (UAc).

e. Universidade dos Açores, Grupo da Biodiversidade dos Açores (GBA/cE3c).

levados a admitir que a produção do espaço resulta da própria existência social e do seu ritmo de vida.

Existe, contudo, um espaço real, físico e geográfico incontornável. Nas tendências atuais, discernimos um sentido de uniformização aparente e algo paradoxal, que pode ser posicionado entre a tendência à homogeneização e a necessidade de diferenciação. Nas palavras introdutórias a uma conceptualização antropológica do espaço, Marion Segaud (2010) realça que:

[...] se a globalização impele para uma uniformização dos espaços e dos modos de vida, simultaneamente, ela faz-se acompanhar de um aprimoramento ou reforço do individualismo, da capacidade de cada um em apropriar-se do espaço [...] refletindo estratégias que oscilam entre o global e o local (p. 9).

Nesse sentido, reconhecemo-lo, a questão da identidade é hoje mais controversa e, por conseguinte, a dimensão espacial de referência mais discutida. A sociologia do *habitat* (rural e urbano) nunca aprofundou muito o impacto turístico na assimilação local de referências exteriores aos modos de vida endógenos à tradição das populações. A verdade é que as expectativas de desenvolvimento e rentabilização turística induzem profundas transformações nas comunidades receptoras, que procuram adaptar-se a tendências mais gerais.

Na contemporaneidade, os espaços, os lugares e os não-lugares interpenetram-se e afirmam-se, cada vez mais, como fatores de identidade (Augé, 1992, 1997) ou símbolos de referência nas representações coletivas (Silvano, 2017). Contudo, não esqueçamos o que já há muito se estabeleceu no seio das ciências sociais e humanas: que a identidade dos lugares deve muito, quer à tradição histórica, quer à singularidade dos locais. Cremos que serão estes os aspetos mais relevantes a destacar na planificação da oferta turística dos locais à escala global. A relação que se estabelece entre as comunidades e o meio é significativa e estruturante (Febvre, 1991); quando esse meio remete para a realidade insular, mais característico se torna (Péron, 1993). Como não poderia deixar de ser, o mar é um marcador de identidade (Peralta, 2008).

Os ecossistemas insulares têm um equilíbrio mais frágil do que os continentais, estando circunscritos a espaços naturalmente confinados por fatores ambientais particularmente instáveis, como o documentam alguns estudos da área ambiental (Nicolau & Pereira, 2017; Queiroz et al., 2014). De acordo com este dado de base, a questão consiste, atualmente, em saber qual o impacto da abertura de certas áreas ao turismo, mesmo que este assuma a forma de um ecoturismo mais seletivo. Apesar da maior sintonia destas modalidades com o meio, haverá que ter

em conta que se inserem numa tendência das sociedades contemporâneas em termos de práticas de lazer e de uso do tempo livre (Yonnet, 1999). Existe sempre um qualquer impacto que não caberá aqui reportar ou ponderar, mas apenas constatar. Seja como for, as atuais tendências denotam o pendor da redescoberta da natureza e do espaço geográfico.

Já em décadas passadas, asseverava-nos Hildebert Isnard (1982) que “[...] o espaço geográfico nasce da projeção do sistema sociocultural sobre o sistema ecológico, de uma projeção ativa que o constrói conforme as exigências do objetivo a atingir” (p. 109). Talvez fosse necessário relativizar estas afirmações, que só são inteligíveis do ponto de vista conceptual. Há que considerar que dificilmente a natureza, o espaço geográfico, o *habitat* social e os espaços de recreio e de lazer se podem englobar na mesma categoria analítica. De todas estas realidades, cremos que o espaço natural e a natureza serão, do ponto de vista das ciências sociais, as mais resistentes a definições e conceptualizações. Talvez, por isso se prefira falar de ambiente e de ambientalismo, concebido este como o “[...] estudo das relações dos seres humanos com o seu meio ambiente natural, no sentido de o preservar relativamente à intervenção humana” (Hannigan, 2000, p. 47). Contudo, se há construção social dos problemas ambientais, que dizer quando não há qualquer tipo de referência humana nos espaços em questão? Por outras palavras, ainda que não constitua a sua preocupação central, a posição teórica do construtivismo parece insuficiente para dar conta da crescente procura de espaços naturais para usos de lazer, e carece de considerar as apropriações para fins de preservação. Sabemos que a preservação é, em si mesma, uma preocupação social que resulta de um consenso mais alargado. Assim sendo, todos os espaços naturais estariam preservados antes mesmo de serem considerados, e tornar-se-iam um problema social depois de definidos. Nada mais paradoxal, mas real.

Todavia, mais do que os lugares, são as imagens dos lugares a suscitarem a curiosidade, a fomentarem o desejo e a motivarem a viagem (Lanquar, 1990), ao mesmo tempo que marcam a autenticidade e a identidade. No contexto da modernidade ocidental, a insularidade e o mar integram a memória cultural e têm uma nova expressão no quotidiano (Corbin, 1990; Peralta, 2008; Péron, 1993). Acontece que o arquipélago dos Açores, à semelhança de muitos outros, reúne características relativas à sua condição oceânica e à omnipresença do mar, típicas também de um meio natural que, em parte, ainda está relativamente resguardado, face às grandes mudanças que sofreram outros espaços cobiçados pelo turismo. Seja qual for o uso a que se destina, a procura e o consumo de espaço — e particularmente de espaços de lazer —, é cada vez maior.

É ainda um dado que, no período histórico que vivemos, a sociedade ocidental se define essencialmente pelo consumo (Baudrillard, 1995), sendo a própria cultura do quotidiano uma exaltação do consumismo (Scardigli, 1986). Pela via do consumo, tudo e todo o tipo de produtos se veicula e se oferece num mercado cada vez mais alargado. Deste modo, não surpreenderá que, na hodiernidade, a natureza e os lugares naturais sejam oferecidos como produtos consumíveis, sendo talvez dos mais procurados e apetecíveis — pois o mercado e a cultura do consumo assim o ditam (Reisch, 2008) — para o preenchimento de um período significativo de tempo livre fora das obrigações de trabalho profissional (Seabrook, 1988), estando na origem de uma oferta sem precedentes de serviços especializados (Godbey, 1997).

Ora, cremos que o que estas realidades têm de pertinente e suscetível de convocar uma reflexão sociológica reside, principalmente, no facto de se verificar uma crescente assimilação da utilização de certos espaços “naturais” por novas práticas de lazer,¹ originando uma emergência de novos produtos turísticos perspetivados pela oferta de espaços de lazer aprazíveis (Rodriguez, 2000). Nas apetências de bem-estar, assim como no usufruto do espaço “tido por natural” — onde se incluem parques e jardins —, detetam-se tendências, mais ou menos massificadas, de práticas turísticas que se tornaram estilos de vida modernos (Wynne, 1998) nos modos de vida globalizados, as quais incluem formas de consumo da viagem e do usufruto do lazer no uso do tempo.

O espaço rural, a natureza e o ambiente para a sociologia do turismo

Existe, desde há muito, um entendimento paradoxal sobre o que é, por um lado, a *natureza* e, por outro lado, a *natureza aculturada* ou *culturalizada*, como é o caso dos jardins. Com efeito, o turismo de jardins tem vindo a adquirir uma grande projeção dentro da prática de viagem (Connell & Meyer, 2010; Silva & Carvalho, 2014). Porém, se os jardins fazem parte de todo um legado cultural já antigo e se impuseram na preservação e embelezamento dos espaços urbanos, resultando da própria produção social e histórica do espaço e das memórias; os parques, as reservas naturais e paisagens protegidas apenas tiveram o seu lugar definido nas novas conceções de ordenamento territorial. E estas — tal como a de património natural ou ambiental — são muito mais recentes e prendem-se

1. Referimo-nos à caminhada, aos trilhos, percursos pedestres, circuitos na natureza. Não serão práticas totalmente novas, mas talvez antes uma redescoberta.

com a emergência de uma consciência social que manifesta preocupações com o ambiente em geral. A questão patrimonial ampliou-se. O património e a patrimonialização, que fundamentam a oferta turística, diversificaram-se para além da narrativa tradicional (Santos, 2017; Santos & Gama, 2008). Os denominados “espaços verdes” viram a sua procura aumentar; mas que representam eles, se não uma certa fusão entre património natural e cultural? Haverá ainda algum espaço, hoje, cujo uso ou não uso não seja o resultado das opções de sociedade?

A problemática do turismo decorre de uma vasta encruzilhada de preocupações e de opções comuns que urge considerar para uma correta apreensão do fenómeno nas suas práticas, comportamentos e manifestações diversas, fenómeno esse que é animado por dinamismos que extravasam amplamente os domínios económico e político. São as formas de viver, de produzir e de consuir novos serviços que estão em causa (Godbey, 1997).

Envolto em especulações, o designado “turismo de natureza” ou “ecoturismo” inventa novas rotas e destinos diferentes do singular e pitoresco edificado ou do comum museu.² Rege-se por uma imersão no ambiente natural, no qual se busca não interferir. Há, assim, que considerar que as práticas turísticas são eminentemente práticas sociais que se globalizaram, e, nesta nova ordem, a produção do espaço e a configuração de ofertas de lazer inovadoras vendem hoje “a natureza” à escala global. A questão ambiental confronta-se aqui com a diversificação das apetências nas escolhas de tipo de lazer e de destinos, a par de uma inegável diversidade dos produtos turísticos oferecidos ou em desenvolvimento para qualquer idade. No entanto, a faixa geracional mais velha parece hoje ter oportunidades de viagem que outras conjunturas, ou as limitações do desempenho profissional, lhe negavam. Apesar de a população estar a envelhecer — a europeia, principalmente — e existir uma crescente procura de viagens por parte das gerações mais idosas, não é tanto a pressão demográfica que dita o aumento da procura, como a forma de repartição do tempo e o rendimento disponível (Wynne, 1998).

As representações de bem-estar e de qualidade de vida norteiam, mais do que nunca, as motivações e as práticas de viagens de lazer, assim como os modos de vida em geral. A simbólica dos parques e jardins (Connell, 2004) e, de forma bem mais abrangente, da natureza enquanto lugar idílico da criação e da recriação, merece ser reapreciada à luz de um olhar compreensivo que

2. Sinal dos tempos, que promovem o espírito de aventura e a prática de atividades de ar livre imersas na natureza. As práticas de cicloturismo, espeleologia, *trekking* e *canyoning*, assim como a observação de fauna e flora, são, entre outras, consideradas atividades de ecoturismo que tem vindo a contar com um número crescente de adeptos.

perscrute as tendências de evolução e as confronte com a problemática das, tão enfatizadas, sustentabilidade e equidade (Schéou, 2009).

Contrariamente aos estereótipos vulgares, o arquipélago não oferece apenas espaços naturais, ainda que aí possa residir o seu principal fator competitivo. O turismo é hoje mais seletivo e exigente, tal como são os consumidores em geral. Visa-se combinar a oferta de uma diversidade de conteúdos culturais com a descoberta de diferentes espaços naturais, ou de *natureza cuidada e cultivada* — como é o caso dos parques e jardins, mas igualmente, das culturas do chá e do café ou de algumas outras raridades botânicas. Cremos ser este o aspeto mais relevante a considerar numa nova abordagem ao turismo local: a especificidade natural da realidade insular, que é hoje alvo de uma atenção particular, disponibiliza ao turismo conteúdos que predispõem ao conhecimento e à descoberta das formas mais tradicionais de cuidar da terra e dos espaços.

Deste modo, a natureza é *mediada* — ordenada e predisposta para ser visitada — instalando-se equipamentos, ornamentos e proteções que se interpõem entre os visitantes e os próprios espaços. Vista de passadiços ou de miradouros, até parece uma *natureza intacta*. Mesmo não contando com os próprios equipamentos instalados, sê-lo-ia apenas em parte. Os efeitos de ajardinamento e de disponibilização ao público visitante pautam-se, inevitavelmente, por regras sociais de valorização, promoção e utilização que traduzem uma semântica variada do consumo de espaços, e que não poderá ser ignorada.

A lógica social em que se inserem o turismo e o lazer

A prática turística e a progressão dos consumos de lazer adquiriram, gradualmente, uma importância crescente, de ampla abrangência económica e social, na estruturação da modernidade ocidental. De tal modo assim é, que vastos setores de atividades se dedicaram a responder a este tipo de procura. Fenómeno antigo, o lazer só veio a tornar-se um fenómeno de massas com a conquista progressiva da repartição entre o tempo de trabalho e o tempo livre, e da consagração deste último como um direito legal.³ No essencial, foi inscrito socialmente nos modos de vida com a democratização das sociedades ocidentais, que adotaram uma certa forma

3. Esquecemos frequentemente que a normalização horária do tempo de trabalho foi uma conquista da classe operária, e que foi na sua sequência que se configurou de modo generalizado o uso do tempo livre, entendido como o tempo diário e semanal não dedicado ao trabalho, os dias feriados, e as férias. E uma das mais expressivas conquistas, para além do direito ao descanso, terá sido a das férias pagas.

de repartir e articular o trabalho e o tempo livre. E também é sabido que o trabalho e o seu tempo se apresentam hoje cada vez mais racionalizados segundo normas de rentabilidade produtiva e maximização dos ganhos, quer em termos de investimento, quer do tempo despendido na realização das atividades laboriosas (Gorz, 2004). Nos sempre controversos estilos de vida da sociedade da era global (Albrow, 1996), diversificaram-se as formas de uso do tempo e especializaram-se temporalidades, em particular as respeitantes à conquista do tempo livre (Dumazedier, 1979).

Ora, ultimamente, o trabalho intrometeu-se no tempo livre, tornando-se as suas fronteiras mais fluidas (Goldfinger, 2002), numa reorganização e reestruturação temporal sem precedentes das atividades produtivas e do consumo de diversão e entretenimento (Elias & Dunning, 1992; Haworth & Veal, 2004). O desenvolvimento da civilização dos tempos livres e do consumo de lazeres caminharam a par e têm raízes históricas concretas na sociedade ocidental, que estabeleceu um modelo típico de uso do tempo (Augé, 1997; Rauch, 2001). O estudo das práticas de lazer na sociedade ocupa, nos nossos dias, uma parte importante das pesquisas interdisciplinares (Roberts, 1999), ao mesmo tempo que fundamenta o aparecimento de novas áreas disciplinares.

A sociedade do lazer não é compreensível fora das tendências da sociedade pós-industrial (Durand & Weil, 1997) e da sociedade de consumo; tal como não pode ser dissociada da partilha de uma cultura—mundo no hiperconsumismo de animação de massas (Lipovetsky, 2010; Lipovetsky & Serroy, 2017) nem do usufruto das novas relações com os espaços, quer estes sejam o mar, a natureza (Corbin, 1990), ou o património edificado (Emelianoff, 1995, citada em Magalhães, 2006). Porém, as questões da planificação e do ordenamento do espaço, do ambiente, ou das atividades de lazer dentro do processo de desenvolvimento social à escala micro constituem uma preocupação muito mais atual na modernização da oferta turística, com a ascensão e a assunção dos valores da preservação cultural, paisagística e ambiental (Lamic, 2008). Preocupação essa que é inseparável de um processo histórico que desembocou na industrialização da oferta turística e na busca de conciliação entre a expansão económica e os objetivos de desenvolvimento sustentável (Schéou, 2009). Com efeito, numa genealogia das práticas de relação com o espaço natural ou da fruição da natureza, encontramos tanto a “invenção da praia” (Farcy, 2001, p. 283), como a conquista de um novo tempo comum nas vivências (Dumazedier, 1992) ou a contemplação responsável (Soromenho-Marques, 2001) para a partilha de um futuro comum (Fernandes & Marques, 2011), na sucessão das gerações.

A viagem é já uma prática antiga das civilizações, e as ilhas surgem nas rotas de lazer desde a antiguidade clássica. As ilhas, no seu equilíbrio frágil, têm a

particularidade de juntarem a terra, a floresta, a montanha e o mar (Péron, 1993).⁴ As escolhas institucionais parecem reconhecer a sua especificidade, não abdicando da promoção turística como vertente de desenvolvimento potencial. As ilhas exercem um fascínio que sempre atraiu os seres humanos. O arquipélago açoriano não constitui exceção e apresenta apreciáveis idiossincrasias que ajudam na promoção tanto do turismo sénior, como de um turismo de natureza, e mesmo da conjugação de ambos, permitindo uma coerente projeção fundamentada na sua especificidade intrínseca.

O arquipélago dos Açores, o turismo sustentável e o segmento sénior

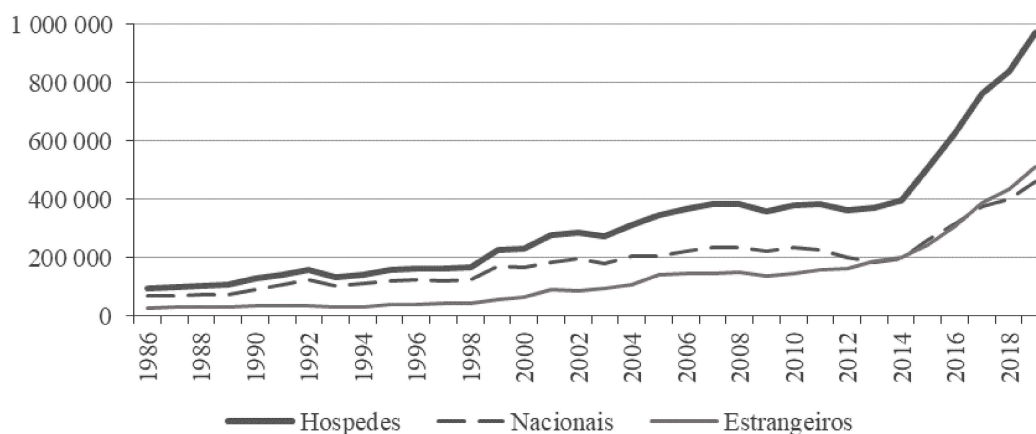
As ilhas açorianas, com o seu património natural, revestem-se de atrativos tipicamente insulares, isto é, essencialmente paisagísticos, naturais, mas também culturais e ligados às particularidades da história local. Vestígios de um passado não muito longínquo, as atividades marítimas ligadas à baleação constituem uma referência cultural e identitária, preservada nas memórias dos baleeiros, no património documental e museológico local, mais expressivo no grupo central, sobretudo, nas ilhas do Pico e do Faial.⁵ Talvez em virtude da sua posição oceânica afastada das rotas do turismo massificado, os Açores aparecem hoje como um destino ainda relativamente natural e resguardado. Contudo, há já algumas décadas despontaram como destino de eleição para camadas urbanas mais vocacionadas para a observação de cetáceos e de paisagens lagunares, ou seja, inserem-se, essencialmente, num certo *turismo de natureza* e não num *turismo de diversão* ou de *praia e mar*.

Os dados estatísticos mais recentes revelam uma profunda mudança em curso, quanto às proveniências e ao volume dos fluxos turísticos. Os valores da ocupação turística, enquanto indicador de volume da procura, indicam que o turismo no arquipélago conheceu um crescimento sem precedentes, desde 2014 até ao presente (Gráfico 4.1); situação para a qual contribuíram consideravelmente os voos *charter* e as companhias aéreas de baixo custo, após a liberalização do espaço aéreo (Vieira et al., 2019), assim como a ampliação da oferta hoteleira e de restauração. A inclusão deste destino nas rotas turísticas parece agora ser uma realidade, não obstante as profundas variações da conjuntura internacional.

4. Curiosamente, em inquéritos anteriores, subordinados à temática energética e aos significados da natureza, chegou-se à conclusão de que, nas ilhas, as representações da natureza e do ambiente muito raramente incluem o mar ou o oceano (Tomás et al., 2015).

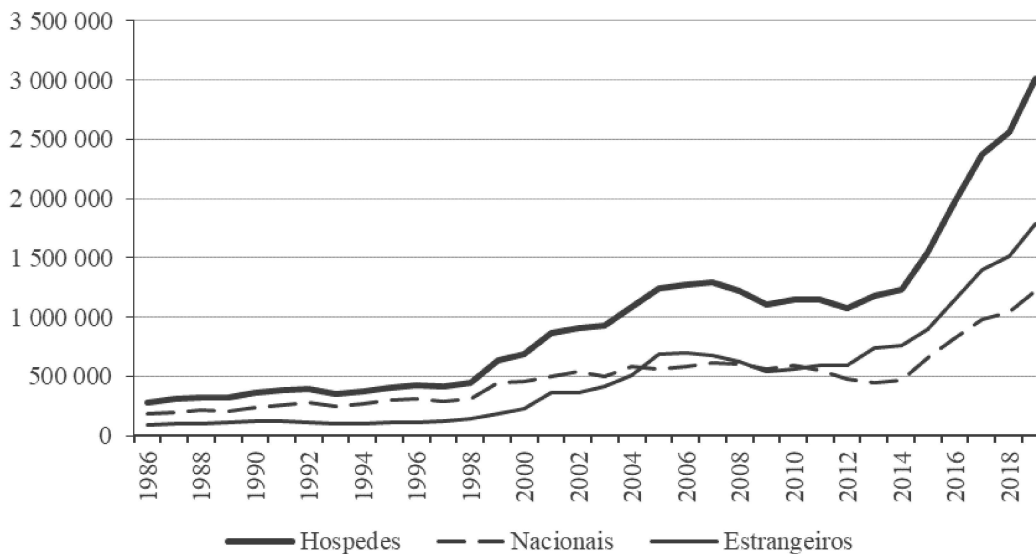
5. A observação de cetáceos, assim como o conhecimento da tradição baleeira documentada em memórias museológicas, tem vindo a ampliar o seu público e a captar turistas para além dos habituais itinerários, que se limitavam a São Miguel e/ou à Ilha Terceira.

Gráfico 4.1 Número anual de hóspedes nos Açores: Total, nacionais e estrangeiros, 1989 a 2019



Fonte: SREA, Turismo, Séries longas, 2020.

Gráfico 4.2 Número anual de dormidas de hóspedes nos Açores: Total, de nacionais e de estrangeiros, 1989 a 2019



Fonte: SREA, Turismo, Séries longas, 2020.

Duas alterações de fundo destacam-se na seriação anual dos indicadores convencionais referentes ao número de hóspedes e de dormidas: os estrangeiros passam a ser a categoria com mais peso e a sua expressão de crescimento é mais nítida nas dormidas em estabelecimentos hoteleiros (Gráfico 4.2). Assim, qualquer

que seja o indicador considerado, a evolução da segunda metade da década de 2010 marcou, de facto, uma mudança profunda no modelo de turismo açoriano.

De acordo com o seu crescimento, os públicos do *destino Açores* tendem hoje a diversificar-se consideravelmente, sem que se possa definir um perfil predominante, ainda que se conheçam algumas das características mais relevantes: a nacionalidade, as categorias sociais e etárias e a duração média das estadias.⁶ Sabemos ainda que o turismo dos Açores é tendencialmente familiar (Medeiros et al., 2020; Silva, Furtado et al., 2019; Silva et al., 2018) ou constituído por casais com a vida consolidada ou em fase de aposentação, a que se junta, ultimamente, um segmento de turismo jovem vocacionado para atividades de ar livre. A descontinuidade territorial e a climatologia típica de chuvas alternadas com estados de tempo aprazível e temperaturas amenas durante todo o ano favorecem a exuberância da vegetação, com reflexo nas paisagens em qualquer época do ano (Medeiros et al., 2020; Silva, Furtado, Tomás et al., 2019; Silva, Tomás, Vieira et al., 2019). Não obstante as potencialidades evidenciadas, este tipo de oferta natural cativa sobretudo alguns segmentos restritos de públicos mais informados e com formação escolar mais elevada.

O turismo sénior, *grey* ou de *well-off older people* (Tiago et al., 2014), para além da pertença a grupos de idade que não é absolutamente determinante,⁷ remete para uma delimitação aparente pelo recorte etário de uma camada populacional cujo perfil, na realidade, apresenta características muito distintas relativas à pós-atividade ou fase pós-adulta (Cavaco, 2009), que fazem dela um universo pouco preciso, mas dotado de uma relativa independência face aos compromissos sociofamiliares e geracionais (González et al., 2010). Precisando melhor, o critério para falar em turismo sénior é o das formas de encarar e de lidar com os turistas mais velhos, ou indivíduos numa fase de vida em que apresentam procuras e solicitações organizacionais orientadas para contrariar os efeitos do envelhecimento; o que faz recuar essa categoria de turismo na escala das idades e a afasta dos estereótipos convencionais do “idoso”.

A incidência do envelhecimento e de uma maior longevidade dos reformados e pensionistas deixa antever assimetrias regionais, que convém ter presentes na abordagem do segmento turístico sénior. Recorrendo aos dados censitários de

6. Os dados colhidos neste setor apontam para uma permanência média de 3 a 4 dias, com tendência para aumentar em certas épocas do ano mais favoráveis.

7. Apesar de se tratar sobretudo de um segmento turístico de idosos mais abastados, são variadas as designações propostas: “sénior”, “grisalho”, “maduro”, “prata” ou “prime”, entre outras. No entanto, apesar de o critério mais operacional ser, na prática, o da classe etária, o limiar de idade para se falar em turistas seniores varia grandemente.

2011, verificamos que todas as regiões portuguesas seguem a mesma tendência do padrão europeu, ainda que, em termos comparativos, o arquipélago açoriano seja aquele que apresenta os valores menos pronunciados nos indicadores relativos ao peso dos mais velhos (Quadro 4.1).

Quadro 4.1 Proporção dos mais velhos e índices de envelhecimento, de juventude e de longevidade na população total, e proporção dos mais velhos segundo meios de vida (trabalho ou pensões), em Portugal e por regiões (2011)

País e região	>65 anos(%)	>55 anos (%)	Vivem de:		Índice de juventude	Índice de envelhecimento	Índice de longevidade
			Trabalho (%)	Reforma / Pensão (%)			
Portugal	16,4	31,5	18,1	67,8	97,8	102,2	70,7
Norte	14,0	29,4	16,6	68,3	125,3	79,8	67,8
Centro	19,4	35,2	16,4	69,7	77,2	129,6	76,2
Lisboa e Vale do Tejo	15,4	30,8	21,8	64,2	96,6	103,5	65,9
Alentejo	22,3	36,8	17,0	72,2	61,5	162,7	74,6
Algarve	18,6	31,9	20,3	65,1	78,4	127,5	78,4
Açores	13,0	23,2	13,3	69,8	165,3	60,5	72,5
Madeira	13,7	25,7	20,0	65,0	139,7	71,6	64,5

Fonte: Elaboração própria sobre dados do INE, Recenseamento Geral da População de 2011.

Em Portugal, a expressão do turismo interno nos mais velhos resulta, em certa medida, de uma política de incentivo ocupacional à viagem para a população idosa, entre localidades e regiões no continente ou entre as ilhas.⁸ Não obstante as variações regionais acentuadas, é um facto que o arquipélago continua

8. O lema da campanha: “Meus Açores, meus Amores”, tem a finalidade de dar a possibilidade aos reformados da região de conhecerem melhor a suas ilhas.

posicionado entre as regiões portuguesas menos envelhecidas, apesar da sua repentina mudança paulatina, seguindo as tendências nacional e europeia. Apesar do seu menor peso relativo, os idosos do arquipélago dos Açores, à semelhança do que acontece com as populações locais, continuam a dar muita importância à viagem, isto é, a quererem conhecer espaços exteriores à sua ilha e ao arquipélago, viajando para continentes distantes.

À luz destas constatações, cabe questionar se o turismo sénior se poderá constituir como uma alternativa ao turismo massificado nesta região arquipelágica de procura contrastada, distintamente repartida pelas suas nove ilhas.⁹ Cremos, pelo menos, que é de admitir que este seja um público potencial em franca expansão, dado o avolumar da população mais idosa. Com potencialidades patrimoniais variadas (património cultural, natural e paisagístico), os Açores desde sempre retiraram benefícios das suas singularidades insulares (Moniz, 2010, p. 265). A possibilidade de contacto com uma natureza relativamente preservada ou em estado semisselvagem, cujos espaços de acolhimento são uma vantagem comparativa e objeto de sustentada promoção nas diferentes formas de divulgação do *destino Açores*,¹⁰ corresponde profusamente ao que se conhece dos objetivos da procura turística sénior, como o repouso, o sossego e a comodidade dos lugares (Ferreira, 2006).

Do que falamos quando falamos de sustentabilidade no turismo? Convém questionar até que ponto a utopia e a ideologia mercantis se intrometem na questão da sustentabilidade, fazendo dela uma forma de legitimação e de adesão a novas formas de consumo (Lamic, 2008). Efetivamente, a coberto de satisfizermos as nossas necessidades sem comprometermos que as gerações futuras o possam igualmente fazer, nem sempre está claramente concretizado o que essa definição genérica de sustentabilidade implica. As várias Cimeiras da Terra sobre o estado do planeta deixaram clara a necessidade de trilhar novos caminhos nos destinos da comunidade humana:

9. É essencialmente em torno desta questão, assim como do objetivo de levantar conteúdos programáticos próprios para o turismo sénior, que se concebeu o projeto de estudo que fundamenta o presente trabalho. O estudo de base foi alvo de uma apresentação detalhada no capítulo 3 deste volume.

10. Relembre-se que a campanha de promoção turística foi articulada muito em torno do *slogan* “Natureza intacta”, isto é, algo que permanece intocado pela mão do homem. Os produtos “são certificados pela natureza”. Do ponto de vista heurístico e imagético, haveria muito material de promoção a analisar, mas tudo indica que converge, no essencial, para a *metáfora* Natureza.

Devemos somar forças para gerar uma sociedade sustentável global baseada no respeito pela natureza, nos direitos humanos universais, na justiça económica e numa cultura da paz. Para chegar a este propósito, é imperativo que nós, os povos da Terra, declaremos a nossa responsabilidade de uns para com os outros, com a grande comunidade da vida, e com as futuras gerações (Earth Charter Commission, 2002, pp. 1–2).

Assim, abarcando todos os setores da vida coletiva, novos valores sociais emergem e, entre eles, o ambientalismo e a própria preservação da natureza enquanto valor moral (Rezsohazy, 2006, p. 148). A gestão ambiental passa por uma monitorização ambiental continuada sobre a forma de relação com o espaço natural, relativamente preservado, reconvertido ou ajardinado; sendo que, em rigor, estes últimos foram retirados à ordem natural.

A prodigalidade do espaço natural no arquipélago representa talvez o mais evidente fulcro de interesse para os diferentes perfis de viajantes que, aliás, o referem nas suas respostas ao inquérito que elaborámos no âmbito do projeto de investigação sobre Turismo Sénior (TUSénior55+), desenvolvido na Região Autónoma dos Açores. Numa caracterização sumária, poderemos referir que dos 697 inquiridos que já visitaram os Açores: 47,1% são visitantes nacionais e 52,9% estrangeiros; 45,9% são do sexo masculino e 54,1% do sexo feminino. As idades variam entre os 55 e os 92 anos, com uma idade média de 63,83 e um desvio padrão 7,08. Sabemos ainda que 49,4% dos participantes se encontram na faixa etária dos 55 a 64 anos, 38,4% na faixa dos 65 aos 74 anos, e 12,2% com 75 anos ou mais; que 73,7% vivem acompanhados e 26,3% sozinhos. Os visitantes são provenientes de 22 países, sendo principalmente portugueses (42,3%), dos EUA (21,3%) e do Canadá (10,5%); por continentes, 63,9% residem na Europa e 36,1% na América ou na Ásia. A quase totalidade assinala que, entre as atividades praticadas que lhe proporcionaram mais satisfação, se encontram a contemplação das paisagens, a contemplação da natureza, a experimentação da gastronomia tradicional e o passeio pelas zonas verdes. Não obstante estes resultados, e, independentemente dos significados subjetivos que a natureza possa evocar em cada um dos participantes da amostra referida, ela aparece referida sob variadas formas de resposta, sendo que *visitar paisagens, zonas verdes e locais emblemáticos* e *contemplar e sentir a natureza* são as atividades mais declaradas pelos inquiridos (Quadro 4.2).

Quadro 4.2 Respostas de visitantes seniores aos Açores, segundo principais atividades que realizaram com satisfação, ou que teriam interesse em realizar ($n=697$)

ATIVIDADES	Realizou e ficou muito satisfeito (%)	Não realizou mas tem muito interesse nelas (%)
Visitar paisagens, zonas verdes, locais emblemáticos	95,7	2,8
Contemplar e sentir a natureza	93,3	4,3
Conhecer as culturas tradicionais (chá, ananás, etc.)	88,0	10,5
Passear por jardins	90,5	7,4
Experimentar a gastronomia tradicional	91,4	3,0
Visitar museus, centros culturais e observatórios	70,2	27,3
Visitar igrejas e conventos	81,3	16,8
Experiências termais (piscinas termais, poças, termas)	72,5	25,0
Visitar locais com artesanato	77,1	20,0
Observação de cetáceos (golfinhos, baleias e cachalotes)	48,3	48,6
Ir a praias / piscinas	70,2	26,9
Passeios de barco (costa e ilhéus)	46,4	49,6
Fazer compras	73,4	15,2
Caminhadas e trilhos	61,5	34,0
Festivais de folclore, música e espetáculos	62,3	33,6
Festas religiosas e tradicionais populares	63,1	33,4

n: Número absoluto de respostas.

Fonte: Inquérito TUSénior 55+, 2019.

Os turistas inquiridos desenvolveram apetências e experiências novas e ficaram muito satisfeitos com a experimentação da gastronomia tradicional (91,4%) e as visitas a lugares emblemáticos em que se desenvolvem as culturas do chá, do ananás ou do vinho (88%) e a jardins (90,5%) que, no fundamental, se referem aos elementos componentes das paisagens seminaturais das ilhas e aos desígnios

ambientais do seu ordenamento para fins de cultivo tradicional, hoje tornadas alvo de visita. Numa região em que as manifestações naturais são variadas e permitem desde a contemplação dos espaços abertos sobre os campos e o mar às experiências termais em águas correntes (72,5% de preferências emitidas), passando pelos trilhos (61,5%), o vulcanismo, as visitas a jardins e a observação de cetáceos ou mergulho, o turismo não poderia deixar de oferecer essa possibilidade de desfrutar em pleno da contemplação paisagística.

Ao promover-se e difundir-se os Açores como um destino de “natureza intacta”,¹¹ aumenta-se a responsabilidade face à preservação dos diferentes espaços, mas, ao mesmo tempo, exige-se maior qualidade ambiental e criação das condições adequadas às necessidades de conforto e de bem-estar, minimizando-se os riscos ambientais e maximizando a mobilidade e a comodidade. A conciliação ou a harmonização destas vertentes constitui um dos maiores desafios para a gestão política regional do turismo. Embora para 35,2% dos inquiridos se trate da primeira visita às ilhas açorianas, estes declararam a sua vontade de regressar — o que traduz algum fascínio por este destino, não só pela sua riqueza paisagística natural como pela forma como social e culturalmente se têm preservado e mantido os espaços harmonizados com os cultivos da terra e com a conversão de solos para pastagens pela exploração pecuária.

A fim de se perspetivar outras formas de significado, foram agrupadas as respostas de acordo com o teor da atividade. Desse modo, verificamos que cerca de 81% dos visitantes escolheram, para preencherem o seu tempo, atividades de ar livre ou de visitas guiadas ao património cultural edificado, seja religioso ou de transformação fabril (como é o caso do chá, do ananás, do vinho no Pico, das compotas e da cerâmica). Mas se fixarmos as categorias de *natureza selvagem/intacta* (visita de espaços naturais sem intervenção humana) e de *natureza mediada* (jardins, caminhadas, trilhos, mergulho e observação de cetáceos),¹² constatamos que estas categorias de resposta abrangem cerca de 90% dos visitantes que já realizaram e se sentiram muito satisfeitos com as experiências, mesmo no grupo com idades acima dos 65 anos, indicando que a variável idade, não introduz diferença significativa a este respeito.

11. Esta qualificação fazia parte do *slogan* de promoção turística, assim como o lema “Ser sustentável é da nossa natureza”, referenciando, inequivocamente, o turismo de natureza e a sua sustentabilidade.

12. Consideramos estas últimas experiências como uma *relação mediada com a natureza*, dado que, ou são necessários equipamentos especiais, ou se ordenou o espaço ambiental de forma a propiciar a visita e contemplação. A noção de *natureza mediada* traduz, no nosso entender, a modelação do espaço, assim como a sua apropriação para fins turísticos de forma resguardada face a eventuais riscos, quando as questões de segurança constituem um dos aspetos capitais a ter em conta no ordenamento turístico.

Em consonância com estes resultados, notemos que 58,5% dos entrevistados consideraram que *vir conhecer as belezas naturais* foi o motivo mais importante para fazerem esta viagem. Como seria de esperar, o turismo sénior nos Açores apresenta-se motivado pelo contacto direto ou mediado com os lugares no usufruto da sua experiência de visita: é simultaneamente enriquecedor e uma vantagem comparativa do destino turístico (Moniz et al., 2018). No geral, constatou-se que existe uma associação estatisticamente significativa ($\chi^2=50,659$; $p=.001$) entre a satisfação com a viagem e o grupo etário, sendo apresentadas as respetivas percentagens em relação aos totais das linhas relativas à tabela de dupla entrada no Quadro 4.3.

Quadro 4.3 Grau de satisfação declarado por visitantes seniores com a visita aos Açores, segundo o grupo etário ($n=697$)

Idades	Muito satisfeito	Bastante satisfeito	Satisfeito e Pouco ou nada satisfeito	Total
55 a 64 anos	64,3	28,2	7,5	100
65 a 74 anos	56,8	27,3	15,9	100
75 anos ou mais	37,5	16,7	45,8	100
Total	59,1	26,8	14,1	100

n: Número absoluto de respostas.

As categorias *Satisfeito* e *Pouco ou nada satisfeito* foram agrupadas numa única categoria para cumprir os pressupostos para a aplicação do teste de independência do qui-quadrado.

Fonte: Inquérito TUSénior 55+, 2019.

No quadro da satisfação segundo a idade dos turistas inquiridos, vale a pena uma leitura atenta dos que dizem sentir-se muito satisfeitos com a sua escolha do *destino Açores*. Com base na análise dos valores residuais, verificou-se que as categorias *55 a 64 anos* e *muito satisfeito* estão fortemente associadas entre si, o mesmo sucedendo com as categorias *75 anos ou mais* e *satisfeito ou pouco ou nada satisfeito*. É de realçar que os valores percentuais associados à categoria *muito satisfeito* vão decrescendo com a idade. Note-se, ainda assim, que uma larga maioria dos inquiridos, todos com mais de 55 anos, declara a sua inegável satisfação com a experiência de viagem ao arquipélago. O comportamento desta variável, *satisfação sentida com o destino*, foi por nós amplamente trabalhado, dando origem a outras exposições de resultados, de que relembramos

aqui apenas — e compreensivelmente — a sua clara relação com as atividades realizadas, com ênfase nas de ar livre.

Nesse sentido, vários outros motivos de satisfação, de foro quer paisagístico, quer cultural, podem ser inventariados e testemunhados. A gastronomia e o conhecimento de traços culturais típicos, como o fundamento identitário dos lugares dos sítios emblemáticos, é também uma experiência procurada, como complemento de uma estadia com atributos próprios e dignos de memória.

Conclusão: O turismo sénior e a procura de atividades de lazer em espaços naturais socializados

O espaço natural está a regredir, e muito do que já é socialmente utilizado está a ser requalificado para permitir o desenvolvimento de atividades de lazer em segurança e com qualidade no usufruto do tempo livre. Disso dependem muita da sua procura turística atual e das respostas às solicitações dos diferentes públicos. Contudo, de acordo com esta orientação, é uma natureza reconvertida aquela que se pretende obter ou reinventar. cremos que este é a noção mais importante a reter das apetências do turismo sénior no *destino Açores*, essencialmente promovido sob o lema da “natureza intacta”. Ora, da reconversão dos espaços naturais decorrem questões ambientais que merecem ser entendidas e atendidas. Uma delas é a de saber se as expectativas acerca das atividades de lazer, para que esses espaços estão vocacionados, irão captar um turismo mais seletivo e conter a massificação avassaladora que se constata em outras regiões do país.

As atividades turísticas rentabilizaram-se, massificaram-se e globalizaram-se, tanto com a ascensão de uma autêntica indústria que produz, oferece e distribui atividades de lazer, como com o incremento da mobilidade humana, permitindo às classes populares a prática de turismo em destinos até aqui pouco frequentados, como os Açores; um destino que procura tirar benefícios das suas inerentes potencialidades naturais. Foi mais a questão motivacional, em termos das práticas e apetências de realização de atividades, que nos orientou na construção do presente capítulo, e não propriamente a de estabelecer o perfil do turista que procura o *destino Açores*. Para tal, destacámos uma componente que reflete a forma de se encarar a natureza e o seu reconhecimento: a das atividades preferenciais dos turistas seniores que optam pelo *destino Açores*. Com este intuito, conduzimos a problemática no sentido de apurar em que medida a questão da requalificação e reabilitação de espaços ditos naturais serviria os propósitos da procura do segmento sénior.

A procura de novas experiências de vida e o contacto com a autenticidade de outras maneiras de viver e de ser é uma intenção que motiva, já por si, muitos turistas. Os espaços remotos oferecem uma possibilidade de redescoberta individual. Porém, os espaços genuínos, fora do alcance habitual do viajante, carecem ainda da definição de uma abordagem, antes de se poderem qualificar como destinos dotados de significado cultural e económico pertinente, tanto para a classificação como para a própria promoção desses mesmos espaços turísticos.

A viagem turística quer-se enriquecedora sob diferentes ângulos de visão e do sentir: cultural, patrimonial e natural, todos eles critérios reconhecidos no fundamento da promoção do *destino Açores*. São particularmente as experiências memoráveis retidas dos “lugares naturais” e da “riqueza paisagística” — quando a saúde permite o seu amplo usufruto — que mais investem de sentido a satisfação sentida. O incremento da recuperação de espaços está ainda em curso. A sustentabilidade das atividades de exploração turística no destino depende, em muito, das formas de harmonização das atividades económicas (agrícolas, florestais ou industriais) e dos modos de vida locais com as soluções de compromisso que procuram corresponder às expectativas dos visitantes, de modo que não comprometa a sua continuidade. Por isso, as questões de sustentabilidade parecem, hoje, manifestar-se por toda a parte, tendo substituído o discurso da rentabilidade, sem que se perceba a relação com o desenvolvimento, com o lugar e/ou com a responsabilidade de cada ator e de cada geração neste processo. Entre outras linhas de pesquisa futuras, este nosso trabalho realça a necessidade de aprofundar a questão da sustentabilidade das diferentes modalidades turísticas e, sobretudo, de questionar as que hoje se dizem mais radicais e que vão ao âmago da natureza menos acessível. Não será este o caso do turismo sénior, mas sim de outros segmentos em crescimento.

O arquipélago dos Açores constitui, por excelência, um destino de natureza, como tende a ser identificado pelos próprios turistas entrevistados em estudos desta índole, mas de equilíbrio frágil em que urge, desde já, acautelar a tendência para a massificação. Não poderemos deixar de referir que a promissora conjugação do turismo sénior e do turismo de natureza, ao abrir novas rotas de lazer, nos responsabiliza seriamente perante a sigla “natureza intacta” — ainda que esta seja, na verdade, uma *natureza mediada*, porque intervencionada e trabalhada na perspectiva do conforto e da harmonia, pondo em relevo o genuíno do local ou a autenticidade do lugar. Poder-se-ia citar aqui as intervenções realizadas na Caldeira Velha, no lugar dos cozidos das Furnas ou num sem-número de lugares que conciliam segurança, valorização ambiental e riqueza paisagística. A natureza foi intervencionada, logo, é *mediada* e não “intacta”, em “estado original”.

Em consonância com os valores sociais do tempo atual, a emergência do ambientalismo, ecologismo ou naturalismo favorece este tipo de destino. Uma abertura de investigação que aqui aparece relevante será o desenvolvimento deste conceito em consonância, quer com as práticas de preservação ambiental, quer perante as tendências para a reabilitação de certos espaços os deixar ao livre curso dos elementos naturais. Com efeito, recuperar um espaço é entendido como torná-lo acolhedor para os seres humanos, particularmente numa perspectiva de oferta turística. Ora, o ajardinamento é frequentemente a solução — não natural — com uma ampla procura que, assim, legitima estes processos de reabilitação e reconversão, obrigando a cuidados e responsabilidades sociais no seu uso.

Nesse sentido, o turismo sénior afigura-se-nos como correspondendo aos requisitos de uma procura mais responsável, que garanta a sustentabilidade ambiental tão ambicionada para todos os espaços, e principalmente para os que recebem turistas de forma regular. Para não se limitar ao resultado de uma ideologia intelectual ou de uma expressão indefinida, o ecoturismo, o turismo cultural e de imersão ambiental terão de ser opções a equacionar para a viabilização da sustentabilidade da atividade turística em meio insular. Localmente, o turismo — pensado enquanto via de desenvolvimento — deverá, também ele, promover e rentabilizar os recursos e a preservação da paisagem natural que as diferentes ilhas e o mar oferecem, resguardando-se os espaços que constituem o seu maior fator de atração e mesmo da sua identidade cultural.

Fontes

INE, Recenseamento Geral da População 2011.

Projeto TUSénior 55+, inquérito, 2019.

SREA, Turismo, Séries longas, 2020.

Bibliografia

Albrow, M. (1996). *The global age: State and society beyond modernity*. Polity Press.

Augé, M. (1992). *Les non-lieux: Introduction à une anthropologie de la surmodernité*. Seuil.

Augé, M. (1997). *L'impossible voyage: Le tourisme et ses images*. Rivages.

Baudrillard, J. (1995). *A sociedade de consumo*. Edições 70.

Cavaco, C. (2009). Turismo sénior: Perfis e práticas. *COGITUR Journal of Tourism Studies*, (2), 33–64. <http://hdl.handle.net/10437/1875>

- Connell, J. (2004). The purest of human pleasures: The characteristics and motivations of garden visitors in Great Britain. *Tourism Management*, 25(2), 229–247. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2003.09.021>
- Connell, J., & Meyer, D. (2010). Modelling the visitor experience in the gardens of Great Britain. *Current Issues in Tourism*, 7(3), 183–216. <https://doi.org/10.1080/13683500408667979>
- Corbin, A. (1990). *Le territoire du vide: L'occident et le désir du rivage*. Flammarion.
- Dumazedier, J. (1979). *Sociologia empírica do lazer*. Perspectiva.
- Dumazedier, J. (1992). Le temps libre, cet inconnu. *Futuribles*, (165–166), 227–237.
- Durand, J. P., & Weil, R. (1997). Sociologie de la culture et des loisirs. In J.-P. Durand & R. Weil (Eds.), *Sociologie contemporaine* (2a. ed., pp. 615–657). Vigot.
- Earth Charter Commission. (2002). *A carta da Terra*. Earth Charter International. https://www.dge.mec.pt/sites/default/files/ECidadania/Areas_Tematicas/echarter_portuguese.pdf
- Elias, N., & Dunning, E. (1992). *A busca da excitação*. Difel.
- Emelianoff, C. (1995). Les villes durables: L'émergence de nouvelles temporalités dans de vieux espaces urbains. *Ecologie Politique: Science, culture, société*, (13), 37–58.
- Farcy, J. C. (2001). O tempo livre na aldeia. In A. Corbin (Ed.), *História dos tempos livres* (pp. 273–326). Teorema.
- Febvre, L. (1991). *A terra e a evolução humana: Introdução geográfica à história*. Cosmos.
- Fernandes, E. O., & Marques, V. S. (2011). *Partilhar o futuro*. Esfera do Caos.
- Ferreira, C. (2006). *Portugal, destino turístico da população idosa europeia*. Turismo de Portugal.
- Godbey, G. (1997). *Leisure and leisure services in the 21st century: Toward mid-century*. Venture Publishing.
- Goldfinger, C. (2002). *Trabalho e extratrabalho: Em direcção a uma sociedade fluida*. Instituto Piaget.
- González, T. D. V., Vila, T. D., & García, A. F. (2010). El turismo senior como segmento de mercado emergente. *Cuadernos de Turismo*, (26), 9–24. <https://revistas.um.es/turismo/article/view/116251>
- Gorz, A. (2004). *Métamorphoses du travail: Quête du sens: Critique de la raison économique*. Galilée.
- Hannigan, J. A. (2000). *Sociologia ambiental: A formação de uma perspectiva social*. Instituto Jean Piaget.
- Haworth, J. T., & Veal, A. J. (2004). *Work and leisure*. Routledge.
- Isnard, H. (1982). *O espaço geográfico*. Almedina.
- Lamic, J. P. (2008). *Tourisme durable: Utopie ou réalité?*. L'Harmattan.
- Lanquar, R. (1990). *Sociologie du tourisme et des voyages*. PUF.
- Lipovetsky, G. (2010). *A felicidade paradoxal: Ensaio sobre a sociedade do hiperconsumo*. Edições 70.

- Lipovetsky, G., & Serroy, J. (2017). *A cultura–mundo: Resposta a uma sociedade desorientada*. Edições 70.
- Magalhães, R. A. M. (2006). A construção da sustentabilidade urbana: Obstáculos e perspectivas. In *Anais do III Encontro da ANPPAS, Brasília. 23 a 26 de maio*.
- Medeiros, T., Silva, O., Furtado, S., Moniz, A., Vieira, V., & Tomás, L. (2020). Health perception, travel concerns, and senior tourist satisfaction. In Á. Rocha, A. Abreu, J. de Carvalho, D. Liberato, E. González & P. Liberato (Eds.), *Advances in tourism, technology and smart systems: Smart innovation, systems and technologies* (Vol. 171, pp. 405–414). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-15-2024-2_36
- Moniz, A. I. (2010). *A sustentabilidade do turismo em ilhas de pequena dimensão: O caso dos Açores*. CEEAplA.
- Moniz, A. I., Silva, O., Medeiros, T., & Furtado, S. (2018). Está na hora de planear uma viagem: Preocupações dos turistas seniores no planeamento de viagens de lazer aos Açores. In J. A. C. Santos, M. C. Santos, M. B. Correia & C. Ramos (Eds.), *Tourism & management studies international conference: Book of abstracts*. Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo da Universidade do Algarve.
- Nicolau, P. B., & Pereira, P. (2018). Biodiversidade, serviços dos ecossistemas e o turismo sustentável. In P. Pereira & P. Nicolau (Eds.), *Seminário Ilha do Pico: Ambiente, património e turismo* (pp. 30–42). Universidade Aberta. <http://hdl.handle.net/10400.2/7414>
- Peralta, E. (2008). *A memória do mar: Património, tradição e (re)imaginação na contemporaneidade*. Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Péron, F. (1993). *Des îles et des hommes: L'insularité aujourd'hui*. Éditions de la Cité e Éditions Ouest-France.
- Queiroz, R. E., Ventura, M. A., Resendes, R., & Cunha, R. T. (2014). Carrying capacity of hiking trails in Natura 2000 sites: A case study from North Atlantic Islands (Azores, Portugal). *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 14(2), 233–242. <https://doi.org/10.5894/rgci471>
- Rauch, A. (2001). As férias e a natureza revisitada. In A. Corbin (Ed.), *História dos tempos livres* (pp. 93–135). Teorema.
- Reisch, L. (2008). Nature et culture de la consommation dans les sociétés de consommation. *L'Économie politique*, 3(3), 42–49. <https://doi.org/10.3917/leco.039.0042>
- Rezsohazy, R. (2006). *Sociologie des valeurs*. Armand Colin.
- Roberts, K. (1999). *Leisure in contemporary society*. UK International.
- Rodriguez, J. R. (2000). Revitalización de destinos turísticos maduros: Turismo. In D. V. B. Criado (Ed.), *Comercialización de productos, gestión de organizaciones, aeropuertos y protección de la naturaleza: II Congreso Universidad y Empresa* (pp. 199–232). Tirant lo Blanch.
- Santos, J. M. F. (2017). *Património e turismo: O poder da narrativa*. Edições Colibri.
- Santos, N. P., & Gama, A. (Ed.) (2008). *Lazer: Da libertação do tempo à conquista das práticas*. IUC.

- Scardigli, V. (1986). *La consommation: Culture du quotidien*. PUF.
- Schéou, B. (2009). *Du tourisme durable au tourisme équitable: Quelle éthique pour le tourisme de demain?*. De Boeck Supérieur.
- Seabrook, J. (1988). *The leisure society*. Blackwell.
- Segaud, M. (2010). *Anthropologie de l'espace* (2a. ed.). Armand Colin.
- Silva, O., Furtado, S., Tomás, L., Moniz, A., Vieira, V., Ferreira, J., Santos, C., & Medeiros, T. (2019). Atividades de turismo sénior, satisfação e bem-estar na promoção da saúde. In S. N. Jesus (Ed.), *Book of proceedings: V congresso Ibero-Americano e Luso-Brasileiro de psicologia da saúde / I congresso da promoção da saúde e do bem-estar no ensino superior* (pp. 158–165). Universidade do Algarve, CIEO – Research Centre for Spatial and Organization Dynamics.
- Silva, O., Medeiros, T., Moniz, A., Tomás, L., Ferreira, J., Vieira, V., Furtado, S., & Santos, C. (2018/07/5-6). Motivações para os turistas seniores visitarem os Açores [Comunicação]. *25th APDR Congress*.
- Silva, O., Tomás, L., Vieira, V., Santos, C., Furtado, S., Moniz, A., Ferreira, J., & Medeiros, T. (2019). Perceção de saúde, atividades preferidas com a vida em turistas no destino Açores. In S. N. Saúl (Ed.), *Book of proceedings: V congresso Ibero-Americano e Luso-Brasileiro de psicologia da saúde / I congresso da promoção da saúde e do bem-estar no ensino superior* (pp. 165–172). Universidade do Algarve, CIEO – Research Centre for Spatial and Organization Dynamics. <http://hdl.handle.net/10400.3/5485>
- Silva, S., & Carvalho, P. (2014). O turismo de jardins em Portugal: Realidade ou utopia? Uma análise aos tours de jardins no país. *Revista Turismo e Desenvolvimento*, (21/22), 447–458. <https://doi.org/10.34624/rtd.v4i21/22.12431>
- Silvano, F. (2017). *Antropologia do espaço*. Documenta.
- Soromenho-Marques, V. (2001). Ambientalismo e política em Portugal: Valores e facetas de um arco-íris débil. In C. Beckert (Ed.), *Natureza e ambiente: Representações na cultura portuguesa* (pp. 15–128). Centro de Filosofia da Universidade de Lisboa.
- Tiago, M. B., Couto, J. P. A., Tiago, F. G. B., & Faria, S. M. C. (2014). Perfis do turista sénior na Europa. *Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão*, 13(3), 12–25. <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rbpg/article/view/78704>
- Tomás, L. M. V., Simas, R. N., & Serpa, M. D. (2015). Gerações face ao ambiente e à energia: Um estudo comparativo nos Açores. In G. P. N. Rocha & Á. Borralho (Eds.), *Novas e velhas tendências populacionais* (pp. 131–154). Edições Colibri.
- Urry, J. (2002). Sociologia do tempo e do espaço. In B. Turner (Ed.), *Teoria social* (pp. 377–403). Difel.
- Vieira, J., Câmara, G., Silva, F., & Santos, C. (2019). Airline choice and tourism growth in the Azores. *Journal of Air Transport Management*, 77, 1–6. <https://doi.org/10.1016/j.jairtraman.2019.02.009>

Yonnet, P. (1999). *Travail, loisir. Temps libre et lien social*. Gallimard.

Wynne, D. (1998). *Leisure, lifestyle and the new middle class*. Routledge.